Revolução no Camboja: impactos na correlação de forças do final da Guerra Fria

*Guilherme Etzberger
Maria Gabriela Vieira
Mateus Borges**

RESUMO: O presente artigo tem o intuito de analisar a revolução que ocorreu no Camboja na década de 1970. Procurou-se estudar as causas que levaram ao processo revolucionário, evidenciando os principais acontecimentos anteriores a 1975, e que contribuíram para a revolução. Tentou-se demonstrar quais foram as forças internas durante a revolução, além das forças externas que, de certa forma, constrangeram esses agentes internos. Apesar de a revolução ter terminado em 1979, procuraremos brevemente abordar os principais acontecimentos que levaram aos Acordos de Paris de 1991, marcando o início do processo de normalização do Camboja. Ao longo de todo o artigo, tentaremos apontar as tentativas de findar o processo revolucionário (as contrarrevoluções). Por fim, buscaremos compreender, mesmo com o processo de socialização vitorioso, ou seja, o fracasso da revolução, quais foram os impactos para o Sistema Internacional.

PALAVRAS-CHAVE: Camboja; Ásia; Relações Internacionais; Revoluções Marxistas

*Graduandos em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

1 Introdução

O presente artigo tem por objetivo analisar o impacto da revolução que ocorreu no Camboja em 1975 sobre o Sistema Internacional (SI). Para isso, embasou-se nos argumentos teóricos de Fred Halliday (1999) acerca do caráter da revolução e de seus significados para o Sistema Internacional. Segundo ele, as revoluções possuem uma relação de “retroalimentação” com as guerras convencionais (as quais, segundo algumas correntes de Relações Internacionais, seriam as únicas com capacidade de promover mudanças significativas no SI), sendo, assim, tanto consequência quanto fator delas.

Além de Halliday (1999), diversos autores e suas respectivas correntes teóricas buscaram avaliar a importância e os impactos das revoluções nas dinâmicas internacionais. Destaca-se a visão realista de que são uma desordem interna, uma espécie de peça heterogênea no Sistema Internacional, e que, portanto, provocariam algum impacto nele. Outra visão relevante acerca das revoluções é a Behaviorista, que as considera como “guerras internas”, podendo se radicalizar e evoluir para um “conflito social mundial”. Há também uma visão que enxerga as revoluções como um colapso das capacidades de gerência do Estado, não produzindo qualquer transição ou alteração no SI. Esta última será, em algum grau, questionada ao longo do trabalho.

Mesmo reconhecendo a existência de distintas definições e visões sobre o tema das revoluções, considera-se, como importante estímulo para a construção do presente artigo, o fato desse assunto ser ainda pouco explorado no campo das Relações Internacionais. Tendo isso em vista, procura-se aqui desenvolver mais a fundo o tema, aliado à análise de um caso específico: a Revolução de 1975 no Camboja. O texto é dividido em três seções, que tratam de forma descritiva os condicionantes internos e externos, o desenrolar e as consequências da revolução, respectivamente. Analisar-se-á, a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema, seus impactos diretos na correlação de forças entre as duas superpotências da Guerra Fria, bem como na dinâmica das relações regionais.

2 Camboja Pré-Revolução: Contexto Externos e Interno

A Inserida no período da Guerra Fria, a Revolução que aconteceu no Camboja - assim como grande parte das revoluções que tomaram curso no Terceiro Mundo - demonstra que, apesar de o período ser marcado pela détente e representar uma garantia de não confronto militar (pelo menos em grande escala), foi um período de acirramento dos ânimos em termos políticos e ideológicos. Nesse sentido, Estados Unidos e URSS pressionavam o mundo para entrarem em suas áreas de influência, especialmente os recém independentes países africanos e asiáticos, que tentavam se manter afastados da disputa entre as duas superpotências.

A Indochina (formada por Camboja, Laos e Vietnã) pode ser percebida como uma das regiões que sentiram com maior intensidade essa pressão, sendo praticamente inviável manter-se afastada do conflito; tal fato pode ser verificado ao se analisar as guerras que se sucederam na Indochina, que sempre foram, indiretamente, um conflito entre as duas superpotências. Mesmo não sendo o país-chave desses embates, “o Camboja era apenas um pequeno país, com forças militares insignificantes, repousando muito próximo das linhas ideológicas e militares que dividiam o mundo” (TULLY, 2005 p.124), e, portanto, pouco poderia fazer para evitar que se tornasse palco para essas disputas. Esse período também foi marcado pelo distanciamento diplomático entre a República Popular da China (RPC) e a URSS em virtude de disputas ideológicas e territoriais (chegando a um conflito armado na fronteira sino-soviética em 1969), permanecendo afastadas até o final da década de 1980. Concomitantemente a esse movimento, a China passa a aproximar-se dos EUA, que passa a reconhecer diplomaticamente a China Popular e a apoiar a entrada desta como membro permanente no Conselho de Segurança da ONU, substituindo a China nacionalista (KISSINGER, 2011).

Internamente, após a conquista da independência¹ frente aos domínios franceses, em 1953, o Camboja passou a ser comandado pelo príncipe Norodom Sihanouk, que buscou das mais diversas maneiras assegurar a integridade territorial

1 Em 1949, o Camboja assina um tratado com a França por meio do qual era reconhecida a independência do país, sendo, contudo, ainda parte da União Francesa. Isso significava que os assuntos mais importantes (defesa nacional, diplomacia, segurança e justiça, por exemplo) ainda eram pautados de acordo com o desejo francês. Em 1953, Norodom Sihanouk, após ter dissolvido a Assembleia e somado à ofensiva vietnamita, conquista a independência oficial do Camboja, dessa vez com a retirada completa das tropas da ex-metrópole (BIANCO, 1992).

do país (uma vez que os “ímpetus imperialistas” do vizinho Vietnã sempre foram motivo de preocupação) e a paz e a estabilidade internamente. Para isso, Sihanouk adotou uma política de neutralidade estrita, em termos externos, e uma política de fortalecimento de seu poder internamente, ao transitar entre o apoio dos Democratas da centro-esquerda e dos pró-comunistas do Pracheachon (TULLY, 2005).

Havia também uma parcela da sociedade pró-EUA, que insistentemente acusava o governo de comunista. Os opositores de Sihanouk buscavam apoio no governo norte-americano para desmoralizá-lo, e, assim, chegar ao poder. Para os EUA, era conveniente esse “apoio”, uma vez que - mesmo o governo de Sihanouk não sendo comunista, seu governo não possuía desentendimentos com países que haviam adotado tal regime -, o Camboja sucumbir ao socialismo significaria não apenas o fortalecimento do bloco socialista, mas também o fortalecimento dos ideais marxistas-leninistas na Ásia, transformando tal continente em um reduto de revoluções socialistas bem sucedidas.

Durante a Segunda Guerra da Indochina ou Guerra do Vietnã (1955-1975), o Camboja manteve sua política de neutralidade apenas nos primeiros anos. Contudo, o acirramento do conflito e o transbordamento do mesmo para dentro do Camboja revelavam a impossibilidade da não participação do Camboja, forçando, assim, o país a abandonar a postura de neutralidade. Ainda na década de 1960, as relações entre o Camboja e os Estados Unidos são rompidas; a partir de então a dita base vietnamita no país vizinho (“trilha de Ho Chi Minh”) passou a ser constantemente bombardeada. A participação na Segunda Guerra da Indochina acabou por comprometer ainda mais o governo de Sihanouk, o qual passava por um período de intensa contestação. É, então, em 1970, que um golpe de Estado depõe o príncipe, colocando em seu lugar o primeiro-ministro Lon Nol (CHANDLER, 2008).

O novo Camboja, agora República Khmer, sob o comando de Lon Nol, durou pouco mais de cinco anos, e foi marcado, no plano externo, por um alinhamento ao governo norte-americano. Com relação à situação doméstica, cabe destacar que neste período ocorre a formação e o fortalecimento do Khmer Vermelho ou Partido Comunista do Kampuchea, o qual irá desempenhar um papel de destaque na revolução. O príncipe Sihanouk, que se encontrava exilado em Pequim, fundou

- com o auxílio do Khmer Vermelho - a Frente Unida Nacional do Kampuchea (FUNK), a qual se declara o governo legítimo do Camboja, sem ter, entretanto, a posse do território (DAYLEY, 2013).

Nesse período, era bastante disseminado na sociedade cambojana o sentimento anti-vietnamita, que passava a ganhar cada vez mais um tom intolerante e racista (CHANDLER, 2008). A corrupção tomara conta de grande parte das instituições do país, especialmente no exército - aparelhado pelos Estados Unidos - chegando a vender clandestinamente equipamentos militares para os comunistas. Segundo Chandler (2008, p.252) “ao final de 1972 a República do Khmer controlava Phnom Penh, algumas capitais provincianas, e grande parte de Battambang. O restante do país estava sob o domínio comunista ou sob a administração que já não respondia ao poder central”.

A partir da proclamação da República Khmer e do exílio de Sihanouk, desenrolou-se no país uma dura Guerra Civil. Essa guerra envolveu as forças do Partido Comunista do Kampuchea (PCK) ou Khmer Vermelho - lideradas por Pol Pot -, os aliados na República Democrática do Vietnã (Vietnã do Norte) e a Frente Nacional para a Libertação do Vietnã (NLF) contra as forças governamentais cambojanas, do autoproclamado (após outubro de 1970) Presidente da República Khmer, Lon Nol, que eram apoiadas pelos Estados Unidos e pela República do Vietnã (Vietnã do Sul) (COTTERELL, 2014). O conflito se arrastou por cinco anos, e teve como saldo: um elevado número de mortos, a desorganização da - já frágil - economia do Camboja, além da escassez de alimentos. Paralelamente, no campo político, o país assistia ao fortalecimento do Khmer Vermelho, o qual viria a encerrar a Guerra Civil tomando o poder em 1975; além disso, diversas revoltas pró-Sihanouk e contra o governo de Lon Nol aconteciam, sendo duramente reprimidas pelo exército cambojano (CHANDLER, 2008).

3 A Revolução: do Kampuchea Democrático à República Popular do Kampuchea

O retorno do príncipe Sihanouk, que estava no exílio, ao Camboja, em 1975, deu-se principalmente com apoio das forças do Partido Comunista do Kampuchea (PCK) ou Khmer Vermelho. Com o Khmer no poder, inicia-se o

processo de eliminação completa dos antigos membros do governo de Lon Nol, na tentativa de afirmar sua legitimidade. É nesse primeiro momento, em 1976, que se proclama o Kampuchea Democrático, estabelecendo nova constituição pela qual seriam abolidas propriedade privada, organizações religiosas e qualquer tipo de agricultura familiar. Durante esses primeiros anos do regime, ocorre a transferência de grande parte da população (cerca de 2 milhões de pessoas) das áreas urbanas para as áreas rurais (CHANDLER, 2008). Esse movimento de evacuação das cidades foi justificado pela necessidade de aumentar a produção de arroz² a fim de acumular capital e, assim, prosseguir com a revolução. Outro motivo que justifica tal ação é o fato de que os centros urbanos poderiam ser terreno para movimentos contrarrevolucionários, e, portanto, deveriam ser evitadas todas as possibilidades que os viabilizassem.

Defendiam, portanto, a eliminação das cidades e a organização do país em uma comunidade de cooperativas embasadas em uma economia natural e em uma sociedade militarizada, que restauraria o esplendor da civilização do Império de Angkor (TULLY, 2005). Pode-se afirmar que o que o Khmer Vermelho tenta fazer no Camboja é algo semelhante à Revolução Cultural que aconteceu na China; com a exaltação do passado Khmer e a ambição de um retorno à “idade de ouro” ou Império de Angkor. Outro aspecto da ideologia do Khmer Vermelho estava ligado ao fato de que se acreditava que para alcançar a vitória, o país teria de passar pelo domínio do campo sobre as cidades e pelo empoderamento do povo (CHANDLER, 2008). Esse ideal ganhou mentes e corações de muitos jovens cambojanos, que acreditavam na revolução e na ideia de uma sociedade mais igualitária. Contudo, alguns membros do PCK, líderes de facções camponesas locais e membros das Forças Armadas possuíam um padrão de vida diferenciado do restante da população.

Nesses primeiros anos após a tomada de Phnom Penh, o Camboja procurou demonstrar para o resto do mundo que era uma revolução genuinamente independente, um “socialismo que seria construído sem um modelo” (CHANDLER, 2008). Tal fato, ao se analisar o processo de revolução, mostrou-se de um todo não

2 Essa ideia foi expressamente representada n' “O Plano de Quatro Anos”. Tal plano previa a coletivização de toda e qualquer propriedade no Camboja, além de uma projeção para ampliar os níveis de produção de arroz em três vezes o que se produzia normalmente (CHANDLER, 2008). O que se sucedeu na realidade foi um projeto sem qualquer tipo de análise quanto à viabilidade de sua realização em um espaço tão curto de tempo.

verdadeiro, uma vez que a China fora peça chave para a manutenção da revolução - enviando armas para a manutenção da revolução (VISENTINI et al., 2013).

Com o passar dos anos, e com o poder cada vez mais concentrado nas mãos de Pol Pot, tempos difíceis passam a assolar o Camboja: opositores do atual governo, bem como companheiros da luta contra o governo de Lon Nol, são duramente perseguidos; soma-se a isso o aumento do sentimento anti-vietnamita e a deterioração da qualidade de vida da população daquele país (inúmeras são as mortes por fome e por doenças). Essa combinação acaba desencadeando um fluxo de refugiados em direção à Tailândia e ao próprio Vietnã, cerca de 30% da população do Camboja (DAYLEY, 2013).

Nesse sentido, as rebeliões e insurreições contra o governo de Pol Pot passam a ser constantes e de todos os setores da sociedade - do exército até uma parcela do próprio PCK, sendo, contudo, duramente reprimidas. Nesse cenário de repressão e carestia que assolava o Camboja, lideranças vietnamitas (apoiados pela URSS) decidem apoiar os movimentos de resistência contra o Khmer Vermelho - criando focos de instabilidade para o governo especialmente nas regiões fronteiriças. Por outro lado, a China (após ruptura sino-soviética e aproximação com os EUA) apoiava (com armamentos) o regime de Pol Pot a resistir às investidas vietnamitas (BECKER, 1998).

Ao perceber que a crise no Camboja escalava rapidamente, em 1978 é fundada pela oposição a Frente de Unidade Nacional do Kampuchea para a Salvação Nacional (FUNKSN) para resistir e lutar contra o regime de Pol Pot, sendo liderada por Heng Samrin (ex-general Khmer refugiado no Vietnã após a onda de perseguição aos opositores) (VISENTINI et al., 2013). Diversos atritos seguem ocorrendo na fronteira entre Camboja e Vietnã, até que em 1979 o Vietnã decide revidar aos ataques enviando tropas para o país vizinho, para, também, realizar a salvação dos vietnamitas que ali residiam (CHANDLER, 2008). É nesse momento que as forças de Pol Pot são depostas, e é fundada a República Popular do Kampuchea (RPK).

Após a libertação do Camboja pelas forças do Vietnã, proclama-se a República Popular do Kampuchea (RPK); um regime de esquerda amplamente apoiado, política e militarmente, pela URSS e pelo vizinho Vietnã. Líderes dissidentes do Khmer Vermelho, descontentes com a forma com que Pol Pot conduziu o país, foram

as forças que buscaram reorganizar e reestruturar (entre 1979 e 1993) um país que fora duramente assolado pela fome e que tivera sua população economicamente ativa expressivamente reduzida (TULLY, 2005). Além disso, procurou-se retirar o Camboja do isolamento no qual fora colocado em 1975 e modificar a visão que a comunidade internacional tinha sobre o mesmo. Contudo, o abandono desse isolamento foi dificultado pelas sanções econômicas que o país sofreu em razão dos anos de violação aos direitos humanos durante o regime do Khmer Vermelho.

Após serem retirados do poder, Pol Pot e seus aliados mantiveram-se retirados na fronteira entre Tailândia e Camboja, com o apoio da China (que se lança em um confronto mais intenso na sua fronteira com o Vietnã, como forma de punição pela invasão ao Camboja). As forças vietnamitas lançaram ofensivas contra esses redutos do Khmer Vermelho até 1985, quando a grande maioria das forças foi eliminada (BECKER, 1998).

Em 1986, iniciam-se, por parte da URSS, tentativas de resolução da crise do Camboja. Regionalmente, a Indochina parece disposta a abrir o diálogo e a solucionar as questões fronteiriças, pontos de atrito desde a independência da região, e firmar acordos de paz. O Vietnã afirma que retirará suas tropas do Camboja, desde que em contrapartida, os países da região assegurem o afastamento do Khmer Vermelho também do poder no Camboja (BECKER, 1998).

Em certa medida, pode-se afirmar que a normalização interna do Camboja foi possível graças à reaproximação entre China e URSS, iniciada em 1988. Na contramão, tem-se um tensionamento nas relações entre China e EUA, em razão das repressões do governo chinês nos protestos na Praça de Tiananmen em 1989. A ONU, por sua vez, volta esforços para solucionar a crise do Camboja a partir do final da década de 1980, culminando em 1991 na assinatura dos Acordos de Paz de Paris, por meio dos quais seriam iniciados os processos de pacificação definitiva do Camboja. A criação da Autoridade Provisória das Nações Unidas no Camboja (UNTAC), em 1992, responsável por conduzir o processo de retorno à democracia através da realização eleições gerais, é um exemplo da cristalização desses esforços (DAYLEY, 2013). Assim, iniciou-se o longo e custoso processo de normalização do Camboja.

4 Consequências da Revolução: Correlação de Forças Interna e Externa

Com as eleições em 1993, formou-se no poder uma coalizão entre o FUNCINPEC, partido monarquista liderado por Norodom Rannaridh, filho de Sihanouk, e o PPC, o Partido Popular Cambojano, liderado por Hun Sen, importante líder de esquerda que atuou na deposição de Pol Pot. Tal coalizão teve de ser formada porque, mesmo com a maioria dos votos colocando no cargo de Primeiro-Ministro o Príncipe Rannaridh, o PPC não aceitou a derrota, forçando um acordo que colocou Hun Sen como Segundo Primeiro-Ministro. Na prática, por possuir larga influência no exército e em diversas esferas do governo, o maior poder acabava ficando nas mãos do segundo (CHANDLER, 2008).

Depois das eleições de 1993, considera-se o início do período Pós-UNTAC, quando se acredita- que se começou a fragilização processo de democratização estimulado pelas forças das Nações Unidas. Enquanto buscava auxílio financeiro além de suas fronteiras, o governo cambojano aprovava medidas que aumentavam os salários do corpo político de maneira totalmente assimétrica. Enquanto policiais e soldados ganhavam em média US\$ 12 por mês, os legisladores do país recebiam US\$ 650. Os casos de corrupção, conhecidos desde os tempos de Sihanouk e Lon Nol, se consolidaram, passando a clara ideia levantada por Tully (2005) de que “quanto mais as coisas mudam, mais permanecem as mesmas”. O autoritarismo também tomou conta do governo, com diversas medidas anti-imprensa e reprimindo a liberdade de expressão de seus opositores.

O cenário pós-Revolução era de devastação e atraso da população. O país permaneceu como uma das nações mais pobres do mundo, tendo entre um terço e metade de seus 13 milhões de habitantes, à época, vivendo na miséria, ganhando menos de US\$1 ao dia. A corrupção latente afastou o investimento estrangeiro e as taxas de crescimento econômico desmoronaram. As doações internacionais constituíam um auxílio fundamental. Em questões sociais, a prostituição se configurou como um dos principais problemas, estimando-se que havia entre 60 e 80 mil prostitutas no país, sendo um terço deste número constituído por menores de 17 anos. Os danos psicológicos e os traumas emocionais de um passado de genocídio

e miséria lançaram uma grande sombra que se manifestou em uma deterioração social e de valores muito representativa (TULLY, 2005).

Em 1997, no entanto, a coalizão entre os dois partidos – parceiros na corrupção e na repressão – chegou ao fim. Após algumas divergências entre FUNCINPEC e PPC em relação à aceitação por parte de Hun Sen de diversos desertores do Khmer Vermelho para fazerem parte do exército, Sen decidiu romper as relações em um golpe de força. Diversos oficiais e apoiadores do partido monarquista foram mortos e o poder foi centralizado no PPC. Essa ação, no entanto, eram equivocadas, se considerada a conjuntura internacional da época. Após o golpe, diversas nações doadoras suspenderam seus auxílios, e o investimento estrangeiro cessou. A aceitação do país na ASEAN foi postergada. O Camboja, muito dependente de ajudas externas, vivenciou um dos piores momentos para a sua imagem frente o SI.

Como solução encontrada, Hun Sen decidiu atender aos aconselhamentos externos para que se promovessem eleições livres e justas em 1998. O PPC não desejava colocar em votação seu poder adquirido por meio do golpe; muito menos o FUNCINPEC, devastado pelos ataques sofridos, cogitava se colocar em uma situação perigosa novamente. No entanto, percebendo que a vitória do PPC era uma realidade, novas eleições foram levadas realizadas, o que culminou em uma nova coalizão entre os dois partidos. O novo governo, com uma imagem mais limpa após as eleições, pode desfrutar de um início de mandato relativamente tranquilo. Em 1999, percebendo maior segurança interna dentro do país, a ASEAN aceitou o Camboja como membro, sendo o último país da região a ser admitido (CHANDLER, 2008).

Depois de se juntar à ASEAN, a política externa do Camboja tornou-se mais ativa e engajada. Muitos foram os seus sucessos, a começar pela sua crescente participação na estrutura securitária multilateral da região, no Fórum Regional da ASEAN, o que assegurou uma importante medida para a construção de uma maior confiança no que tange a assuntos externos de segurança do país. Além disso, graças a sua presença na ASEAN, o Camboja pode desfrutar de um aumento nas suas relações bilaterais com seus vizinhos. Por fim, deve-se considerar também que o país foi capaz de estabilizar e consolidar a paz e a segurança internamente (KAO, 2001).

Além da China, dois vizinhos cambojanos merecem atenção, embora por motivos diferentes: Vietnã e Tailândia. O primeiro destaca-se pelo profundo e crescente sentimento anti-vietnamita por parte da população do Camboja. Acredita-se que esse sentimento tem diversas origens. Sabe-se que o ultranacionalismo tem nutrido oposições ao regime de Hun Sen por muitos anos, desenvolvendo a ideia de que o regime atual é um fantoche vietnamita. Assim, a oposição que se formou contra o PPC também se insurgiu contra os vietnamitas. Outra visão agarra-se a um passado colonial e de conflitos entre os dois vizinhos fronteiriços, alegando que sempre houve uma orientação imperialista por parte do Vietnã em relação ao Camboja, desde quando franceses empregavam vietnamitas na administração cambojana até as reivindicações de territórios entre os dois países. Dessa forma, sempre que a instabilidade pairava no Camboja, acreditava-se que o poder do país poderia cair nas mãos do inimigo histórico. Com as crises de identidade cambojanas, parecia que a solução era se agarrar a qualquer fator que pudesse trazer um sentimento de nação, o que, para muitos, foi o ódio anti-vietnamita, transformando-se num elemento de identidade cambojano (BROWN, 1999; ZASLOFF, 1990).

Em relação à Tailândia, a situação foi diferente. Com o fim da Guerra Fria, procurou-se no continente a instauração da paz, dando-se fim aos conflitos. A ASEAN não figurava como um meio maduro para tratar diretamente com o Camboja. Havia diferenças de pensamento muito claras quando o assunto era o país. Enquanto Singapura, por exemplo, procurava tomar medidas contra o governo de Hun Sen, a Tailândia desejava fazer da Indochina um mercado promissor onde antes se fazia guerra, com um papel de liderança econômica desempenhado pelos Tailandeses. Assim, o Primeiro-Ministro da Tailândia, Chatichai Choonhavan, encontrou-se diversas vezes com Hun Sen para negociar programas de comércio e também para dar fim ao imbróglio cambojano (DAYLEY, 2013).

O grande parceiro do Camboja, no entanto, foi a China. Com suas relações internacionais abertas para o sudeste asiático graças à sua entrada na ASEAN, e mesmo com maior equilíbrio político relativo nas relações com o Vietnã, o Camboja não hesitou em inclinar-se ativamente e andar em direção à China. Isso porque se enxergou na vizinha continental a potência regional que atuaria como sua principal protetora na região, além de se considerar que sua forte economia

traria importantes investimentos e apoio, atuando como um parceiro estratégico fundamental. Assim, a China pode fornecer apoio militar ao Camboja e concordou com uma parceria cooperativa compreensiva, com a consulta de Pequim em questões de paz, estabilidade e desenvolvimento regional, assim como para assuntos de natureza econômica. Um Acordo de Livre Comércio entre ASEAN e China, assinado na cidade de Phnom Penh no ano de 2002, incluiu a classificação, para algumas importações advindas do Camboja, de tarifa zero (DAYLEY, 2013). Em troca, o Camboja passou a atuar mais ativamente nos fóruns regionais, com destaque para a arena da ASEAN, defendendo os interesses chineses no Sudeste Asiático.

Por fim, como uma consequência da Revolução de 1975 que adquiriu proporções para além do continente asiático, o terror instalado pelo regime de Pol Pot, que percorreu as mídias do mundo inteiro, foi usado como um instrumento pela direita internacional. Considerado uma dádiva para a propaganda antissocialista em tempos de Guerra Fria, o regime foi apresentado como um resultado do marxismo. Buscou-se, portanto, demonstrar os horrores do genocídio e ligá-los intimamente ao comunismo, numa tentativa de até mesmo deslegitimar outras revoluções de cunho socialista – por mais que a direita internacional apoiasse o regime cambojano por meio da China (VISENTINI et al., 2013).

5 Conclusões

Assim como todas as revoluções e guerras que se sucederam no período da Guerra Fria e que se inseriram na lógica de cooptação dos países de Terceiro Mundo para as zonas de influência das duas superpotências ou para os conflitos proxies das mesmas, a Revolução no Camboja acabou influenciando, em alguma medida, a alteração da polaridade do Sistema Internacional. Para tanto, seria incompleto analisar a alteração na polaridade após o fim da Guerra Fria sem antes analisar a alteração na correlação de forças e interações entre as potências e superpotências, que, de certa forma, permitiram que a Revolução no Camboja se desenrolasse da forma que se desenrolou.

As duas mudanças de interação que foram significativas para a análise que aqui se pretendeu fazer dizem respeito à reorientação da política externa

chinesa. É nesse mesmo período da revolução no Camboja que a China passa a se afastar (chegando a romper em 1980) da URSS. Não obstante, ela busca uma aproximação com os EUA, os quais, orientados pela política de Reagan de nova corrida armamentista, mostram-se dispostos a desenvolver essas novas relações. Assim, ao analisarmos a atuação dessas forças no Camboja, tem-se: a China de forma direta (justificados pelos atritos históricos desta com o Vietnã), e os EUA de maneira indireta, apoiando a ala de Pol Pot do Khmer Vermelho e a URSS, que, além disso, fornecia apoio irrestrito ao Vietnã, apoiando a ala do PCK que se opôs àqueles (também mais moderada). Essas “alianças” deixam evidentes os contornos de Guerra Proxy que a revolução e os posteriores conflitos entre Camboja e Vietnã adquiriram em virtude da conjuntura.

Nesse sentido, a cada atrito entre Camboja e Vietnã - dado o contexto de nova corrida armamentista da Guerra Fria - mais desgastada a URSS ficava em termos de poder relativo. Passou a ficar cada vez mais custoso para a URSS se inserir nessa nova modernização tecnológica e, ao mesmo tempo, apoiar militarmente as lutas de seus aliados. Assim sendo, uma vez que seu principal aliado nesse conflito, o Vietnã - já desgastado das duas Guerras da Indochina - não conseguia lidar sozinho com o Khmer Vermelho, a URSS procurou acelerar os processos de pacificação, evitando um desgaste ainda maior em um momento em que suas capacidades estavam sendo colocadas à prova. Pode-se afirmar que a aproximação entre China e EUA nesse conflito contribuiu para o desgaste da URSS, e para a posterior vitória da Guerra Fria pelos EUA, alterando, portanto, a polaridade do Sistema Internacional.

Revolution in Cambodia: impacts on the correlation of forces of the end of the Cold War

ABSTRACT: The aim of this article is to analyze the revolution that occurred in Cambodia in the 1970s. It was sought to study the causes that led to the revolutionary process, highlighting the main events prior to 1975, and which contributed to the revolution. Attempts have been made to demonstrate what were the internal forces during the revolution, in addition to the external forces that, to some extent, constrained these internal agents. Although the revolution ended in 1979, we will briefly look at the main events leading up to the Paris Accords of 1991, marking the start of the process of normalization in Cambodia. Throughout the article, we will try to point out the attempts to end the revolutionary process (the counterrevolutionaries). Finally, we will try to understand, even with the process of victorious socialization, that is, the failure of the revolution, what were the impacts for the International System.

KEYWORDS: Cambodia; Asia; International relations; Marxist Revolutions

Referências

BECKER, Elizabeth. **When The War Was Over: Cambodia and the Khmer Rouge Revolution**. Estados Unidos da América: Public Affairs, 1998.

BIANCO, Lucien. **Asia Contemporanea**. Espanha: Siglo XXI, 1992.

BROWN, Macalister; ZASLOFF, Joseph Jermiah. **Cambodia Confounds the Peacemakers, 1979-1998**. 1999.

CHANDLER, David. **A History of Cambodia**. Philadelphia: Westview Press, 2008.

COTTERELL, Arthur. **A History of Southeast Asia**. Singapore: Marshall Cavendish Editions, 2014.

DAYLEY, Robert. NEHER, Clark D. **Southeast Asia in the New International Era**. 6. ed. Estados Unidos: Westview Press, 2013.

HALLIDAY, Fred. **Revolution and World Politics. The rise and fall of the sixth great power.** Durham: Duke Univ., Press, 1999.

KAO, Hourn Kim. **Cambodia's foreign policy and ASEAN: From non-alignment to engagement.** 2001.

TULLY, John Andrew. **A short history of Cambodia: from empire to survival.** Australia: Allen & Unwin, 2005.

VISENTINI, P., PEREIRA, A. D., Martins, J. M., RIBEIRO, L. D. e GROHMANN, G. **Revoluções e Regimes Marxistas. Rupturas, experiências e impactos internacionais.** Porto Alegre: Leitura XXI/Nerint-UFRGS, 2013.

.